

XIII ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE COORDENADORES DE JUIZADOS ESPECIAIS

NILSON VITAL NAVES

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
E do Conselho da Justiça Federal*

O Superior Tribunal de Justiça honra-se em participar, na pessoa de seu Presidente, do XIII Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais. Este é um bom momento para o Judiciário brasileiro, haja vista a relevância da temática trazida a debate por qualificados e experientes magistrados. Pessoalmente, é uma grata ocasião, porquanto tenho a oportunidade de rever Campo Grande, cidade morena fincada nas terras férteis da Serra de Maracaju. É, também, momento auspicioso e significativo para todos quantos se preocupam, como nós, com as questões do Direito, com a organização e o funcionamento do Poder Judiciário; enfim, para quantos querem a democratização do acesso à justiça – democratização que se traduz na possibilidade de, legítima e eficazmente, o cidadão buscar seus direitos, o que demanda a adoção de meios que retirem, ou ao menos minimizem, os obstáculos porventura antepostos à efetiva prestação jurisdicional. É mister, por conseguinte, que nosso Poder se muna de toda a gama de ferramentas disponíveis e as reverta em serviços de qualidade para a sociedade e, ainda, que vá aos grupos excluídos, os quais não podem a elas ter acesso. Exemplo vivo são os juizados especiais.

Não obstante constituírem os juizados considerável dose de esperança para os jurisdicionados – sim, porque é notório o êxito que têm obtido ao longo dos anos, em que pese às preocupações –, não podemos olvidar a cruzada em defesa do Judiciário – a batalha por novas conquistas.



<http://bdjur.stj.gov.br>

Antes de procedermos à discussão de alguns dos importantes pontos concernentes a tal cruzada, constantes na pauta deste encontro, permitam-me uma sucinta recordação da história dos juizados especiais. Surgiram, informalmente, no Rio Grande do Sul, em 1982, estendendo-se depois ao Paraná. Mesmo sem lei que os acobertasse, a experiência tanto valeu e se firmou que, em 1983, era submetido à consideração presidencial anteprojeto de lei de cuja comissão revisora tive a honra de participar – instrumento que originou a Lei nº 7.244, de 1984, na qual era facultada aos Estados e ao Distrito Federal e Territórios a criação de juizados de pequenas causas.

Em 1988, o que era facultativo tornou-se obrigatório; a nova Constituição, em momentos distintos, dispôs sobre o juizado de pequenas causas e o especial, que se confundiam e se confundem e, inevitavelmente, eram e são a mesma coisa. Entretanto só em 1995 se editou a Lei nº 9.099, instituindo os juizados especiais nos Estados, tanto na área cível quanto na criminal, destinados a causas de reduzido valor econômico e às infrações de menor potencial ofensivo. E o mais importante: traziam em seu bojo a vontade férrea de combater a chaga da morosidade, como se infere dos princípios que os nortearam originalmente – oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Foi a Emenda nº 22, de 1999, que acrescentou ao art. 98 da Constituição um parágrafo único, estabelecendo que lei disporia sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. Num esforço conjunto dos três Poderes, o grande sonho, há muito acalentado pela magistratura, tornou-se realidade, os senhores bem sabem, com a Lei nº 10.259, de 2001, cujo anteprojeto saiu das mãos laboriosas, entre outras, de Ministros do Superior Tribunal.

Hoje, mais de um ano após a instalação dos primeiros juizados federais, é possível avaliar sua profícua atividade e o imensurável benefício proporcionado aos componentes da base da pirâmide social. E posso mencionar, como o fiz em ocasiões diversas, a lúcida afirmação do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Desembargador Cláudio Baldino Maciel: os juizados são a ousadia que deu certo.

Os números patenteiam tal assertiva. As estatísticas dos Tribunais Regionais Federais dão conta de que, em 2002, nos 237 instalados em todo o Brasil e nas 26 turmas recursais, foram julgados 103.682 feitos e mais de 258.213 tramitam atualmente. Na esfera estadual, serve de exemplo à produtividade do Estado do Mato Grosso do Sul, em cujos juizados, no ano passado, foram distribuídas 38.316 ações e baixadas 33.669.

Tais informações levam a crer que semelhantes nossos, aos milhares, estão tendo seus litígios solucionados, gratuitamente até a fase recursal e com celeridade, bem o inverso do que antes ocorria, quando as causas arrastavam-se por anos a fio, fazendo tardia e ineficaz a justiça.

Como se vê, os juizados vieram para descomplicar e desburocratizar, para desafogar as varas tradicionais, Tribunais de Justiça e os Regionais Federais e, por conseguinte, o Superior. Em suma, vieram para ficar e fazer diferença, colocando a justiça ao alcance do povo, promovendo a cidadania sem exclusão.

Tamanho sucesso é atribuível não só à sua estrutura, eminentemente prática, e à proficiência e determinação de seus gestores; o crédito é também do bom senso dos magistrados, consistente na disposição de bem servir. Na verdade, nenhuma instituição que deseje cumprir sua missão a contento pode ficar indiferente aos clamores da sociedade.

Contudo não podemos olvidar, como já disse, a cruzada em defesa do Judiciário. A racionalização do sistema e o fortalecimento dos juizados é indispensável. Exemplar é a peleja pela aprovação do projeto de criação de 183 varas na Justiça Federal, que aguarda inclusão na pauta de votação no Congresso Nacional. A idéia é destinar metade das novas varas aos juizados especiais. Tudo no afã de minimizar, se não extinguir, o espectro da morosidade, que de perto ainda nos rodeia, e de implementar a construção de uma justiça mais condizente com os anseios dos jurisdicionados.

Ainda em defesa de um Judiciário forte e independente – pois só com tais qualidades pode garantir justiça plena ao corpo social –, é necessário discutir como solucionar a crise da Previdência Social sem enfraquecer as instituições, um dos maiores impasses vividos pelo Poder Público. O assunto se encontra em aceso debate, todavia algumas certezas já emergem. Não é possível que se incorram em graves equívocos quais os cometidos pelo Governo na sugestão para a reforma da Previdência, mormente no que se refere à magistratura. Um deles há outros, mas, por ora, registro o de deixar a cargo do chefe de outro Poder a tarefa de estabelecer o teto salarial do Judiciário nos Estados, no meu entender, proposição temerária, porque, entre nós, como é sabido e ressabido, o Judiciário tem caráter nacional. Vejam que o texto constitucional fala em “estrutura judiciária nacional”.

O que então se espera é que o legislador reveja as propostas feitas. Parece-me que isso já está ocorrendo, embora de maneira também equivocada. O relator da PEC nº 40/2003 propõe, nesse ponto, a limitação da remuneração dos desembargadores em setenta e cinco por cento do subsídio mensal de ministro do Supremo. Ora, o atual texto, emblematicamente, já fala em noventa e cinco por cento da remuneração “dos Ministros dos Tribunais Superiores”. Exatíssima se me afigura a observação do Colégio Permanente dos Presidentes, a saber, se



prevalecer “a monstruosidade”, a magistratura, que é e há sempre de ser nacional, “terá categorias: primeira, segunda e terceira”.

É, no mínimo, temerário – repito – que se pense em reduzir dessa maneira os vencimentos da magistratura num momento em que a carreira tem poucos atrativos para motivar o ingresso de novos juízes. Em contraponto, o que o Judiciário tem a oferecer hoje é o assoberbamento de demandas, muito superior à quantidade de julgadores, e, por vezes, a morte daqueles que, com independência e destemor, estão cumprindo seu ofício. Trata-se de uma injusta punição à classe.

Ao lado disso, a proposta do Governo esbarra em garantias constitucionais que o magistrado possui. A irredutibilidade de vencimentos, a vitaliciedade e a inamovibilidade são essenciais para assegurar ao julgador as condições fundamentais ao desempenho da própria atividade jurisdicional. Tais garantias, mais do que aos juízes, servem à própria sociedade. Sob esse prisma, o chamado subteto, ou algo semelhante, como apresentado na reforma da Previdência, acaba por segregar o Judiciário estadual e o federal, quando o próprio Poder não o faz.

Além do esvaziamento dos quadros mais capacitados das carreiras de Estado, a projetada reforma da Previdência acarreta outros dissabores, principalmente aos juízes do futuro – verdadeiras anomalias que atingem de frente a carreira, desfigurando-a e privando-a dos parques atrativos com que acena. Sob o prisma da proposta governamental, não mais existiria a vinculação dos vencimentos da ativa aos proventos da inatividade, o que reduziria de modo drástico o padrão de vida dos magistrados, sobretudo se considerarmos o intento de estabelecer para a aposentadoria da magistratura o mesmo teto do regime geral da previdência. A sugestão da Associação dos Magistrados Brasileiros é categórica: deve ser mantida a aposentadoria integral, justificada pelas



proibições típicas da carreira, relativas ao exercício de outra atividade remunerada, exceto a de magistério, à participação em partidos políticos e à difícil remoção do juiz de uma comarca para outra. A Associação dos Juízes Federais, por sua vez, afirma que o projeto governamental “ameaça romper com uma prerrogativa da magistratura brasileira consagrada desde a primeira Constituição republicana do País, de 1891, e reiterada pelas que lhe sucederam até 1988: a irredutibilidade dos vencimentos dos juízes”. Ao lado da vitaliciedade do cargo e da inamovibilidade, ela representa conquistas da sociedade que não podem ser confundidas com privilégios. Dar cabo disso seria um inaceitável retrocesso institucional. Mas não estamos sós nessa ingente batalha.

Contra o enfraquecimento da Justiça e em favor da sustentação do Estado democrático de direito, está marcada para o próximo dia 16 a realização do “Dia Nacional de Mobilização”. Coordenam o movimento, que recebe todo o nosso apoio, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Associação dos Juízes Federais do Brasil, a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e a Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal.

Senhores, para se construir um Brasil melhor, importa escoimá-lo dos entraves que perpetuam práticas ultrapassadas e prejudiciais. Exemplo digno é a boa semente dos juizados especiais que germinou e deita raízes em todo o território nacional. Com eles vem socialmente se fazendo a inclusão dos grupos marginalizados. Sua expansão e aprimoramento muito dependem de questionamentos e propostas suscitados em encontros como este.

Isso demonstra a disposição e a capacidade do Judiciário de acompanhar as mudanças sociais, de renovar-se e de aperfeiçoar seus



procedimentos sem receio de ousar o inusitado. Nosso propósito é o de implementar o trabalho de construção de uma justiça mais acessível, célere, efetiva e presente, a fim de reparar o dano e evitar a impunidade nos quatro cantos do País. Muito obrigado.

